

APROVO.

PROCEDIMENTO N.º 30/PESSOAS2030/2023

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, DESENVOLVIMENTO E
SUPORTE APLICACIONAL PARA O SISTEMA SI FSE INCLUINDO TRANSIÇÃO
DO MECANISMO EXTRAORDINÁRIO DE ANTECIPAÇÃO DO PORTUGAL
2030 E BUSINESS INTELLIGENCE**

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE

PROGRAMA DO CONCURSO

Índice

Cláusula 1. ^a	4
Objeto.....	4
Cláusula 2. ^a	4
Entidade Adjudicante	4
Decisão de contratar	4
Cláusula 4. ^a	5
Consulta e disponibilização das peças do concurso.....	5
Cláusula 5. ^a	5
Comunicações e notificações	5
Cláusula 6. ^a	6
Pedidos de Esclarecimentos sobre as Peças do Procedimento	6
Cláusula 7. ^a	6
Erros e Omissões sobre as Peças do Procedimento.....	6
Cláusula 8. ^a	7
Concorrentes	7
Cláusula 9. ^a	7
Prazo e Modo de Apresentação da Proposta.....	7
Cláusula 10. ^a	8
Apresentação de Propostas	8
Cláusula 11. ^a	8
Negociação/Leilão Eletrónico.....	8
Cláusula 12. ^a	8
Caução	8
Cláusula 13. ^a	8
Esclarecimentos sobre a Proposta	8
Cláusula 14. ^a	8
Prazo de validade da proposta.....	8
Cláusula 15. ^a	9
Documentos que Constituem a Proposta	9
Cláusula 16. ^a	10
Preço Base	10
Cláusula 17. ^a	11
Critério de Adjudicação	11
Cláusula 18. ^a	11

Documentos de Habilitação	11
Cláusula 19ª.....	12
Falsidade de documentos e declarações	12
Cláusula 20ª.....	13
Contrato	13
Cláusula 21ª.....	13
Legislação aplicável	13
Anexo I.....	14
Modelo de avaliação das propostas.....	14
Anexo II.....	20
Declaração (comunicação entre as partes).....	20
Anexo III.....	21
Modelo de Declaração de inexistência de conflito de interesses.....	21
Anexo IV	22
Modelo de Declaração de Confidencialidade	22
Anexo V	23
Modelo de Declaração Art.º 419.....	23

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente procedimento em regime de concurso público de âmbito comunitário, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e nos termos do artigo 130.º e sgs. do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação (doravante designado por CCP), tem por objeto principal a **aquisição de serviços manutenção, de desenvolvimento e suporte aplicacional para o sistema SI FSE, incluindo Transição do Mecanismo Extraordinário de Antecipação do Portugal 2030 e Business Intelligence, para o Programa Demografia, Qualificações e Inclusão (PESSOAS 2030)**, nas condições das peças do procedimento.
2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos) adotado pelo Regulamento (CE) nº 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) nº 213/2008 de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74, em 15 de março de 2008, o presente procedimento tem a seguinte classificação: CPV – “72200000-7 Serviços de consultoria e de programação de software”.

Cláusula 2.ª

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Estado, através da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (SGMTSSS), com sede na Praça de Londres, n.º 2 - 1049-056 Lisboa.

Cláusula 3.ª

Decisão de contratar

1. A decisão de contratar foi tomada através de Despacho da Secretária-Geral do MTSSS, exarado na informação n.º -SG/DCAP-DCOP/28831/2023, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de outubro, conjugado Despacho de delegação de competências do membro do Governo da Tutela nº 10996/2022 de 12 de setembro, mantido em vigor por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de outubro.

2. Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 36.º do CCP, foram acautelados todos os pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato.

Cláusula 4.ª

Consulta e disponibilização das peças do concurso

- 1 - O programa de concurso e o caderno de encargos estão disponíveis, para consulta dos interessados nos serviços da entidade adjudicante entre as 10:00 horas e as 16:30 horas (com intervalo para almoço entre as 12:00 horas e as 14:30 horas), desde o dia da publicação do anúncio no DR até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 2 – O programa de concurso e o caderno de encargos estão também disponíveis na plataforma eletrónica de contratação www.acingov.pt.
- 3 – O acesso à referida plataforma eletrónica permite efetuar a consulta, o *download* das peças do procedimento, bem como apresentar proposta.
- 4 - Para ter acesso a plataforma da ACINGOV, o interessado deve efetuar o respetivo registo no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>.
- 5 - Em caso de dificuldade o interessado deve contactar o Serviço de Apoio da plataforma através dos contactos e números de telefone ali indicados - 707 451 451.

Cláusula 5.ª

Comunicações e notificações

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do programa de concurso e do caderno de encargos devem ser solicitados pelos concorrentes, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação ACINGOV, acessível em <http://www.acingov.pt>, na funcionalidade “Esclarecimentos”.
2. Os esclarecimentos são prestados por escrito pelo júri do procedimento, através da plataforma eletrónica referida no número anterior, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, sendo todas as entidades convidadas imediatamente notificadas desse facto.

3. Os esclarecimentos, supracitados, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estes em caso de divergência.

Cláusula 6.ª

Pedidos de Esclarecimentos sobre as Peças do Procedimento

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do programa de concurso e do caderno de encargos e respetivos anexos devem ser solicitados pelos concorrentes, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação ACINGOV, acessível em <http://www.acingov.pt> na funcionalidade “Esclarecimentos”.
2. Os esclarecimentos são prestados por escrito pelo júri do procedimento, através da plataforma eletrónica referida no número anterior, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, sendo todas as entidades convidadas imediatamente notificadas desse facto.
3. Os esclarecimentos, supracitados, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estes em caso de divergência.

Cláusula 7.ª

Erros e Omissões sobre as Peças do Procedimento

1. Os concorrentes podem apresentar uma lista identificando, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões das peças do procedimento por si detetados no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

Cláusula 8.ª

Concorrentes

1. Podem apresentar proposta as pessoas singulares e pessoas coletivas que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre si exista qualquer modalidade jurídica de associação.
3. Os membros de um agrupamento de concorrentes não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Todos os membros de um agrupamento de concorrentes são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento de concorrentes, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresa (ACR) ou consórcio externo, um e outro sempre no regime de responsabilidade solidária passiva, de acordo com a legislação nacional em vigor, com o objetivo de satisfazer cabalmente todas as prestações, obrigações e garantias na sequência da adjudicação.

Cláusula 9ª

Prazo e Modo de Apresentação da Proposta

1. As propostas, bem como os documentos que a acompanham, devem ser apresentados exclusivamente de forma eletrónica na plataforma de contratação, acessível em www.acingov.pt até às 23h59 do 30.º dia, a contar da data do envio, para publicação, do anúncio previsto no n.º 1 do artigo 130.º do CCP.
2. As propostas, assim como todos os documentos carregados na plataforma eletrónica, **devem ser assinados eletronicamente, sob pena de exclusão**, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
4. Todos os documentos e informações, exigidos por lei e/ou indicados neste programa, devem instruir a proposta sob pena de exclusão da mesma.

5. Caso o envio completo da proposta não seja efetuado corretamente ou não seja conseguido, considera-se não ter existido qualquer apresentação de proposta.

6. Não serão admitidos, em caso algum, os concorrentes cujas propostas deem entrada depois de terminado o prazo fixado no n.º 1.

Cláusula 10ª

Apresentação de Propostas

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 11ª

Negociação/Leilão Eletrónico

Não há lugar a negociação/leilão eletrónico.

Cláusula 12ª

Caução

Não é exigível a prestação de caução, uma vez que o preço contratual é inferior ao previsto no artigo 88.º do CCP.

Cláusula 13ª

Esclarecimentos sobre a Proposta

A entidade adjudicante poderá solicitar aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos da análise e da avaliação das mesmas.

Cláusula 14ª

Prazo de validade da proposta

1- O prazo de validade da proposta, nos termos do artigo 65.º do CCP, é de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

Cláusula 15ª

Documentos que Constituem a Proposta

1- As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), conforme disposto no nº 6 do artigo 57º do CCP;
- b) Declaração do concorrente de inexistência de conflitos de interesses, emitida conforme modelo constante do Anexo I ao presente programa de concurso, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- c) Declaração do concorrente de confidencialidade, emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente de concurso, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- d) Documento(s) que contenha(m) os atributos da proposta, submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, designadamente a indicação dos elementos que compõem a equipa técnica:
 - i) Preço total em euros, não incluindo o IVA, sendo mencionada expressamente a sua não inclusão e que aos preços acresce aquele imposto à taxa legal em vigor. No caso de existir divergência entre o preço indicado por extenso e o descrito por algarismos, prevalecerá sempre o preço indicado por extenso;
 - ii) Discriminação do preço total, não incluindo o IVA, com preço/hora por cada um dos perfis, o qual não poderá variar durante a vigência do contrato;
 - iii) O valor do IVA deve ser indicado à parte, nos mesmos termos que o preço total;
 - iv) Descrição da equipa técnica a afetar à prestação de serviços (“Analista”, “Analista de Dados”, “Programador” e “Gestor de Projeto”), em conformidade com as cláusulas 22ª e 23ª do caderno de encargos, comprovada pelos respetivos curricula e respetivas habilitações e/ou certificações, informações que devem estar anonimizadas;
- e) Documento que contenha os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, nomeadamente:
 - i. O prazo de manutenção da proposta;

ii. Prazo de envio do Relatório de Atividades.

- f) Documento oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante (Certidão Permanente, atas, procurações ou outros).

3 - A proposta deve ser instruída com os documentos em que o concorrente descreve os atributos da mesma, relativos aos aspetos da execução do contrato a celebrar submetidos à concorrência, com os elementos referidos no número anterior e de acordo com o Anexo I - “Modelo de avaliação das propostas”, do presente programa do concurso.

4- O concorrente pode juntar quaisquer outros documentos que considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

5- Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos sobre os respetivos originais;

6-Os documentos emitidos pelo concorrente deverão ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

Cláusula 16ª

Preço Base

1. O preço base do procedimento é de **396.400,00€ (trezentos e noventa e seis mil e quatrocentos euros)**, a que acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor, com referência a um esforço de 9.200 (nove mil e duzentas) horas, distribuídas da seguinte forma:
 - a) perfil de “Programador”, 6.400 (seis mil e quatrocentas) horas, com custo unitário/hora máximo de 38,00€ (trinta e oito euros);
 - b) perfil de “Analista de Dados”, 900 (novecentas) horas, com custo unitário/hora máximo de 59,00€ (cinquenta euros);
 - c) perfil de “Analista funcional”, 1.200 (mil e duzentas) horas, com custo unitário/hora máximo de 49,00€ (quarenta e nove euros).
 - d) perfil de “Gestor de Projeto”, 700 (setecentas) horas, com custo unitário/hora máximo de 59,00€ (cinquenta e nove euros).
2. A Entidade Adjudicante não está obrigada a consumir todo o esforço previsto no contrato.

Cláusula 17ª

Critério de Adjudicação

1. O critério de adjudicação é da proposta economicamente mais vantajosa para entidade adjudicante na modalidade **multifator**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, tendo em conta os seguintes fatores e respetiva ponderação:
 - a) Preço, com ponderação de 35%;
 - b) Experiência da equipa, com ponderação de 65%.
2. A escala de pontuação de cada fator e subfactor, bem como os demais elementos que constituem o critério de adjudicação, constam do anexo I do presente documento.
3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, adota-se como critério de desempate, e sucessivamente:
 - a) a pontuação mais elevada no fator “Experiência da equipa”;
 - b) a pontuação mais elevada no fator “Preço”;
 - c) sorteio presencial.
4. O sorteio será realizado através da retirada de bolas identificadas com o número de entrada das propostas dos concorrentes, podendo assistir ao mesmo os concorrentes com propostas empatadas.
5. A 1ª bola retirada corresponderá à proposta a adjudicar.
6. Serão retiradas todas as bolas, a fim de ordenar os concorrentes e acautelar eventuais problemas na fase de apresentação de documentos de habilitação.
7. Em caso de não comparência de algum ou de todos os concorrentes empatados à hora/dia marcados para o efeito, desde que tenham sido notificados com 3 dias de antecedência via plataforma eletrónica, o sorteio será realizado 15 minutos depois. Sendo considerada a ausência uma aceitação do sorteio e do seu resultado.

Cláusula 18ª

Documentos de Habilitação

1. Os concorrentes a quem forem adjudicado objeto do presente procedimento devem apresentar na plataforma eletrónica, no prazo de **5 (cinco) dias uteis**, a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos e comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:

- a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme o modelo constante do Anexo II do CCP;
- b) Situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- c) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- d) Certificados de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, destinados a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP;
- e) Registo criminal de pessoa coletiva ou, na sua falta, de documento equivalente, nos termos do n.º 1 do artigo 83.º-A do CCP;
- f) Certidão do registo comercial, ou respetivo código, que permita a titularidade dos órgãos sociais;
- g) Indicação do gestor do contrato;
- h) Identificação completa de quem vem outorgar o contrato;
- i) Registo Central do Beneficiário Efetivo;
- j) Modelo da Declaração Art.º 419.

2. Não se verificando a apresentação dos documentos de habilitação no prazo referido no número anterior, facto determinante da caducidade da adjudicação, fica desde já notificada a entidade adjudicatária para se pronunciar, querendo, no prazo de 2 (dois) dias uteis, após o termo do prazo indicado no número 1, e para os efeitos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.

3. Quando as situações previstas no número anterior se verifiquem por facto que não seja imputável a entidade adjudicatária, a entidade adjudicante concede-lhe um prazo de 5 dias uteis para suprimimento das irregularidades detetadas nos documentos de habilitação, sob pena de caducidade da adjudicação.

Cláusula 19ª

Falsidade de documentos e declarações

1 - Sem prejuízo da participação da entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.

2 – No caso previsto no número anterior, a entidade competente para a decisão de contratar adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente.

Cláusula 20ª

Contrato

A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao adjudicatário, considerando-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes a respetiva notificação.

Cláusula 21ª

Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontra especialmente previsto no presente programa de concurso e no caderno de encargos, aplica-se o regime estabelecido no CCP, bem como as demais disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do objeto do contrato a celebrar.

Anexo I

Modelo de avaliação das propostas

1. As propostas são avaliadas com base nos seguintes fatores do critério de adjudicação previsto e de acordo com o seguinte modelo:
 - a) Preço, com ponderação de 35% (P);
 - b) Experiência da Equipa, com ponderação de 65% (E).
2. A pontuação a atribuir a cada concorrente no fator “Preço” (P) será obtida através da fórmula:

$P = 100 - [(PP/PB) \times 100]$, em que:

P = Pontuação do concorrente no fator Preço

PB = Preço base do concurso indicado no caderno de encargos

PP = Preço da Proposta do concorrente

O fator Experiência da Equipa (E) será obtido através dos seguintes critérios:

Subfatores	Ponderação	Escala
Experiência do Analista Funcional	30%	20-100
Experiência do Analista de Dados	20%	20-100
Experiência do Programador	30%	20-100
Experiência do Gestor de Projeto	20%	20-100
Total:	100%	

Sendo que:

Experiência do Analista Funcional:

Escala	Descrição
Insuficiente= 20 pontos	O Analista tem experiência no desenvolvimento de apenas um sistema de informação para organizações responsáveis pela gestão de fundos comunitários.
Suficiente = 40 pontos	O Analista tem experiência no desenvolvimento de pelo menos dois sistemas de informação para organizações responsáveis pela gestão de fundos comunitários.
Bom = 60 pontos	O Analista tem experiência no desenvolvimento de pelo menos três sistemas de informação para gestão de fundos comunitários para organizações responsáveis pela gestão de fundos comunitários.
Muito Bom = 100 pontos	O Analista tem experiência no desenvolvimento de pelo menos três sistemas de informação para organizações responsáveis pela gestão de fundos comunitários e experiência nos sistemas de informação da ADC (Balcão 2020) e possui um certificado ITIL Foundation in IT Service Management ou certificado equivalente.

Pontual parcial: Pontuação da escala * Ponderação do subfator.

Experiência do Analista de Dados:

Escala	Descrição
Insuficiente= 20 pontos	O Analista de Dados tem experiência no desenvolvimento de apenas um sistema de Business Intelligence para organizações responsáveis pela gestão de fundo comunitários.
Suficiente = 40 pontos	O Analista de Dados tem experiência no desenvolvimento de pelo menos dois sistemas de Business Intelligence para organizações responsáveis pela gestão de fundo comunitários.
Bom = 60 pontos	O Analista de Dados tem experiência no desenvolvimento de pelo menos três sistemas de Business Intelligence para organizações responsáveis pela gestão de fundos comunitários.
Muito Bom = 100 pontos	O Analista de Dados tem experiência no desenvolvimento de pelo menos três sistemas de Business Intelligence para organizações responsáveis pela gestão de fundos comunitários e experiência nos sistemas de informação da ADC (Balcão 2020).

Pontual parcial: Pontuação da escala * Ponderação do subfator.

Experiência do Programador:

Escala	Descrição
Insuficiente= 20 pontos	O Programador tem experiência no desenvolvimento de apenas um sistema de informação para organizações responsáveis pela gestão de fundo comunitários.
Suficiente = 40 pontos	O Programador tem experiência no desenvolvimento de pelo menos dois sistemas de informação para organizações responsáveis pela gestão de fundo comunitários.
Bom = 60 pontos	O Programador tem experiência no desenvolvimento de pelo menos três sistemas de informação para organizações responsáveis pela gestão de fundos comunitários.
Muito Bom = 100 pontos	O Programador tem experiência no desenvolvimento de pelo menos três sistemas de informação para organizações responsáveis pela gestão de fundos comunitários e experiência nos sistemas de informação da ADC (Balcão 2020).

Pontual parcial: Pontuação da escala * Ponderação do subfator.

Experiência do Gestor de Projeto:

Escala	Descrição
Insuficiente= 20 pontos	O Gestor de Projeto não possui qualquer certificação.
Suficiente = 40 pontos	O Gestor de Projeto possui uma certificação pela APOGEP (Associação Portuguesa de Gestão de Projetos, nível D) ou PMI (Project Management Institute), ou certificado equivalente.
Bom = 60 pontos	O Gestor de Projeto possui uma certificação pela APOGEP (Associação Portuguesa de Gestão de Projetos, nível D) ou PMI (Project Management Institute), ou certificado equivalente e um certificado ITIL Foundation in IT Service Management ou certificado equivalente.
Muito Bom = 100 pontos	O Gestor de Projeto possui uma certificação pela APOGEP (Associação Portuguesa de Gestão de Projetos, nível D) ou PMI (Project Management Institute), ou certificado equivalente e um certificado ITIL Foundation in IT Service Management ou certificado equivalente e tem experiência no desenvolvimento de pelo menos três sistemas de informação para organizações responsáveis pela gestão de fundos comunitários E experiência nos sistemas de informação da ADC (Balcão 2020).

Pontual parcial: Pontuação da escala * Ponderação do subfator.

A Pontuação Global do Fator será igual ao somatório dos resultados parciais.

3. A Pontuação Global do Concorrente (PGC) será igual ao somatório dos fatores: P + E, obtida através da fórmula:

$$(P*35\%) + (E*65\%)$$

A pontuação de cada Fator e a Pontuação Global do Concorrente (PGC) de avaliação serão arredondadas à segunda casa decimal.

Anexo II

Declaração (comunicação entre as partes)

(Minuta)

Declaração
(comunicação entre as partes)

Para os devidos efeitos, declara-se que... (nome¹), portador do Bilhete de Identidade/Cartão do Cidadão ..., ... (nº do título de identificação, data e entidade emissora²) será o contacto privilegiado de ... (firma, número de identificação fiscal e sede³), sendo que são os seguintes os seus contactos:

- a) ... (endereço profissional);
- b) ... (telefone fixo e/ou móvel);
- c) ... (telefax); e
- d) ...(endereço de correio eletrónico).

... (local), ... (data)

... (assinatura⁴)

Legenda:

¹ Nome do interlocutor do procedimento

² Dados do interlocutor

³ Identificação da pessoa coletiva representada

⁴ Assinatura do representante da pessoa coletiva representada

Anexo III

Modelo de Declaração de inexistência de conflito de interesses

... (nome, número de documento de identificação e morada), declara, sem reservas, que:

- a) Não esta abrangida, na presente data, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto do procedimento de formação do contrato n.º____, nomeadamente, interesses económicos, afinidades políticas ou nacionais, relações familiares ou afetivas ou qualquer outra ligação ou comunhão de interesses relevante;
- b) Se durante o procedimento de formação e execução do contrato tiver conhecimento de qualquer situação que possa constituir ou suscitar um conflito de interesses, informara de imediato o serviço adjudicante.

Assinatura

Data

Anexo IV

Modelo de Declaração de Confidencialidade

.... (nome, número de documento de identificação e morada), declara que se obriga a respeitar o dever de sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público e, ou, ao PESSOAS2030, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, nos termos previstos no caderno de encargos.

Assinatura

Data

Anexo V

Modelo de Declaração Art.º 419

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato n.º ... relativo a ... (objeto do contrato) com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A , aplicável por força do artigo 451.º, ambos do CCP.

2 - Declara também que, caso o gestor do contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços

3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações, conforme previsto no artigo 456.º do CCP.

Local, Data

Assinatura